



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2025.0000065046**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1002483-95.2023.8.26.0481, da Comarca de Presidente Epitácio, em que é apelante CLEBER FERREIRA (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados BANCO C6 CONSIGNADO S/A e BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A.

**ACORDAM**, em sessão virtual do Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau – Turma I (Direito Privado 2) do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores SOUZA NERY (Presidente sem voto), REGINA APARECIDA CARO GONÇALVES E ALEXANDRE COELHO.

São Paulo, 29 de janeiro de 2025.

**M.A. BARBOSA DE FREITAS**

**RELATOR**

Assinatura Eletrônica

**NÚCLEO DE JUSTIÇA 4.0 EM SEGUNDO GRAU**  
**1ª TURMA**

**Processo nº 1002483-95.2023.8.26.0481 (Voto nº 4667)**

**APELAÇÃO DO AUTOR – BANCÁRIO – EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS – Pretensão de limitação de descontos a valor correspondente a 30% dos ganhos do aposentado – Impossibilidade – Lei nº 10.820/03 (redação da Lei n. 13.172/15) estabeleceu o teto de 30% de desconto sobre a remuneração disponível em relação a empréstimos consignados – Medida Provisória nº 1.006/20 (convertida na Lei n. 14.131/21) elevou o limite para 35% para o pagamento dessa modalidade de mútuo – Teto, inclusive, mantido pelas Leis nº 14.431/22 e nº 14.601/23 (art. 6.º, § 5.º, da Lei nº 10.820/03) – Extrato obtido junto ao INSS aponta a existência de três empréstimos consignados junto aos réus, cuja somatória das parcelas atinge o montante de R\$ 455,10 – Limite de desconto dos proventos do autor que correspondente ao valor de R\$ R\$ 462,00 – Limitação respeitada – Sentença mantida – Aplicação do disposto no artigo 252, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça deste Estado, com o acréscimo dos fundamentos declinados neste voto – RECURSO DESPROVIDO.**

**APRESENTO MEU VOTO**

Trata-se de **apelação** interposta pelo autor contra a respeitável sentença exarada nas fls. 262/267 (fls. 270/275), proferida pelo MMº. Juízo da 2ª Vara de Presidente Epitácio, que, *data vênua* do entendimento de meus pares, ***deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos***, nos estritos termos do que preceitua o artigo 252, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça deste Estado, ***acrescentando-se-lhes outros*** a seguir alinhavados.

O autor alega manter **três empréstimos consignados junto aos réus** (dois perante o Itaú e um em face do C6), cujos descontos atingem a monta de R\$ 455,10, o que superaria, segundo a sua argumentação, o limite máximo permitido, que seria de 30% de seus proventos.

Nesse passo, em primeiro lugar, consignase que, ao contrário do que dispõe o autor nesta sede recursal (fls. 273), **os contratos foram sim apresentados pelas casas bancárias** (fls. 100/108, 109/117 e 131/146), inexistindo discussão no tocante às suas regularidades, na medida em que **o apelante confessa tê-los contraído** (fls. 04); destarte, a controvérsia cinge-se, **exclusivamente**, à possibilidade deles abaterem mais de 30% de seus proventos.

Dito isso, observe-se que a Lei nº 10.820/03, em sua na redação dada pela Lei nº 13.172/15, estabelecia o teto de 30% para o desconto nos proventos de aposentados – caso dos autos (fls. 39 – benefício de prestação continuada a pessoa com deficiência) – decorrentes de empréstimos consignados, podendo chegar a 35%, desde que 5% desse patamar fosse destinado exclusivamente à amortização de dívidas e saques efetuados por meio de cartão consignado (art. 1.º, *caput*, art. 2º, § 2.º, inciso I, alíneas “a” e “b”, e art. 6.º, § 5.º, incisos I e II).

Porém, com o advento da Medida Provisória nº 1.006/20, datada de 1º/10/20 – **antes**, portanto, da contratação dos mútuos objeto da lide –, **posteriormente convertida na Lei nº 14.131/21**, que estendeu os seus efeitos até 31 de dezembro de 2021, **o limite de descontos para os titulares de aposentadoria ou pensão** pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) **subiu para 40%**, dos quais 5% destinados especificamente à amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito ou utilização com finalidade de saque por meio do cartão de crédito.

Em outras palavras, para **empréstimos consignados** desatrelados de cartão de crédito com margem consignável (RMC) foi estabelecido o **limite de 35%, teto preservado** pelas alterações

legislativas supervenientes promovidas pelas Leis nº 14.431/22 (art. 1º), e nº 14.601/23 (art. 29), ***esta última tratando especificamente de benefícios previdenciários, caso dos autos.***

O autor auferir provento no valor de R\$ 1.320,00 (fls. 39), de tal sorte que, por mera operação aritmética, tem-se que o valor consignável atinge a cifra de **R\$ 462,00** (35% de R\$ 1.320,00); portanto, a quantia que lhe é descontada por conta dos empréstimos consignados que incidem em seu benefício está dentro do respectivo teto (fls. 40: R\$ 190,00 + R\$ 234,10 + R\$ 31,00 = **R\$ 455,10**).

Inclusive, cabe destacar que este raciocínio se encontra bem desenvolvido pela própria tabela constante do "**HISTÓRICO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO**", no quadro "**Margem para Empréstimo/Cartão e Resumo Financeiro**" (fls. 39).

Nesse sentido, precedente deste E. Tribunal de Justiça:

**"AÇÃO REVISIONAL C.C. OBRIGAÇÃO DE FAZER – Contratos de empréstimos consignados e cartão de crédito consignado – Pretensão de limitação da totalidade dos descontos a 30% dos rendimentos líquidos mensais da autora apelada – Ação julgada procedente em relação aos réus Cetelem e Itaú Consignado. Apelação do corréu Banco Cetelem – Autora aposentada pelo INSS – Contrato de cartão de crédito consignado celebrado em 10/7/2016 – Possibilidade de retenção de até 5% (cinco por cento) para pagamento de dívidas de cartão de crédito consignado – Inteligência do art. 6º, § 5º, I, da Lei 10.820/2003 – Prova documental demonstrando que os descontos relativos à cobrança de cartão de crédito contratado pela autora respeitam o limite legal (5%) – Recurso do corréu Banco Cetelem provido. Apelação do corréu Itaú Consignado – Empréstimo consignado nº 625011689, contratado em 10/7/2016 – Possibilidade de retenção de até 30% (trinta por cento) dos vencimentos mensais da aposentada autora para pagamento de prestações de referido empréstimo consignado, celebrado no ano de 2016 – Inteligência do art. 6º, §5º, da Lei 10.820/2003 – Prova documental demonstrando que os descontos relativos ao mencionado contrato de empréstimo consignado respeitam o limite legal (30%) – Recurso do corréu Itaú Consignado provido. Apelação do corréu Itaú Consignado – Empréstimos consignados nº 620843377, 628444093, 629444329, 628278668, 623079177, 623079173, 620379352 e 633849540 – Aplicação do art. 6º, § 5º, da Lei 10.820/2003 alterada pela MP 1006/2020, de 1º/10/2020, convertida na Lei 14131/2021, aumentando a**

**margem de crédito consignado a aposentados e pensionistas pelo INSS, de 35% para empréstimos consignados e 5% para o cartão de crédito - Prova documental produzida demonstrando que a somatória dos descontos das prestações de referidos empréstimos consignados respeita o limite legal (35%) - Recurso do corréu Itaú Consignado provido. Recursos dos corréus Banco Cetelem e do Banco Itaú Consignado providos.**" (TJSP; Apelação Cível 1036887-31.2021.8.26.0001; Relator (a): Francisco Giaquinto; Data do Julgamento: 13/09/2023; Data de Registro: 13/09/2023 – grifei)

Portanto, nenhuma irregularidade há nos descontos realizados pelos réus, que bem respeitam a limitação legal, cabendo ao autor, inclusive, melhor se informar quanto aos direitos que o assistem, ao invés de provocar a prestação jurisdicional pleiteando provimento contrário à legislação, impondo às instituições financeiras o ônus de vir a Juízo para se defender quanto a negócios que realizaram atendendo os interesses do apelante, que agora maneja pretensão que quase toca as raias da má-fé.

Ante o exposto e à vista do mais que dos autos consta, **NEGO PROVIMENTO À APELAÇÃO, majorando-se os honorários advocatícios arbitrados na origem de R\$ 500,00 para R\$ 1.500,00** (mil e quinhentos reais), com base no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **ressalvando-se** o acesso gratuito à Justiça deferido nas fls. 42 (art. 98, § 3º, do Código de Processo Civil).

P. I. C.

São Paulo, 29 de janeiro de 2025.

**M.A. Barbosa de Freitas**  
**RELATOR**